



## **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025**

### **ATA APROVADA**

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DÉCIMO SEGUNDO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 4 dias do mês dezembro de 2025. Às 15h26min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 4.201/2025 e 8.335/2025, de autoria dos Vereadores Letícia Delgado e Tiago Bonecão e da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade para discutir projetos e a execução das obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os financiamentos, projetos e cronograma de execução, já liberados, bem como os financiamentos em andamento. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. O Presidente Zé Márcio Garotinho justificou a ausência do Vereador Marlon Siqueira, em razão de compromissos externos previamente agendados. Com a palavra, a Vereadora Letícia Delgado esclareceu que a Audiência Pública foi realizada com o objetivo de debater tema de grande relevância para o desenvolvimento de Juiz de Fora, notadamente as obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), política pública nacional de caráter estruturante, voltada à promoção do crescimento econômico com inclusão social, por meio de investimentos capazes de gerar emprego e renda, enfrentar problemas históricos e reduzir desigualdades. Ressaltou que o Governo Federal está investindo mais de R\$ 600 bilhões por meio do PAC em todo o país e que, no âmbito municipal, Juiz de Fora receberá recursos superiores a R\$ 500 milhões, conforme informações já divulgadas pela Prefeitura. Destacou que tais investimentos representam a retomada de aportes federais após longo período de escassez e permitirão o enfrentamento de problemas que afetam o cotidiano da população, como enchentes em áreas de risco, deficiências de infraestrutura urbana, ausência de equipamentos públicos e vulnerabilidades territoriais. Informou que os recursos serão destinados a diversas áreas, incluindo macrodrenagem, prevenção de desastres, equipamentos comunitários, regularização fundiária, escolas em tempo integral, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Convivência. Enfatizou a importância da audiência pública para assegurar transparência, fiscalização, diálogo com a população e amplo conhecimento acerca das obras financiadas pelo PAC, considerando tratar-se de intervenções de grande porte, que exigem planejamento, cuidado e comunicação permanente. A Vereadora apresentou questionamentos direcionados ao Poder Executivo sobre as obras do PAC com previsão de entrega em 2025 e 2026; o calendário de execução das demais intervenções; a relação completa das obras em andamento no Município; os impactos esperados para a população e os territórios beneficiados; o planejamento de comunicação para informar a população sobre os impactos temporários das obras; o valor total dos investimentos do PAC em Juiz de Fora; e, especificamente, sobre o empreendimento Convive (Centro de Convivência pela Vida) no Parque das Águas, questionando acerca do andamento da licitação, do número de famílias impactadas e das Secretarias responsáveis pela articulação do projeto. Ao final, agradeceu e destacou a importância da cooperação institucional entre Município, Governo Federal, sociedade civil e Câmara Municipal. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão parabenizou a Vereadora Letícia Delgado pela exposição, informando que suas considerações contemplaram os questionamentos previamente formulados. Relatou demanda apresentada por representante da associação de moradores do Bairro Santa Luzia, referente ao planejamento das obras previstas para a região a partir do próximo ano. O Vereador manifestou preocupação com os impactos das obras no



## **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025**

### **ATA APROVADA**

comércio local e no trânsito da Zona Sul, destacando a necessidade de diálogo ampliado com moradores e comerciantes. Sugeriu maior divulgação e apoio institucional da Câmara Municipal, inclusive por meio de seus canais de comunicação, para auxiliar na informação à população, considerando os transtornos temporários que poderão ocorrer. Solicitou esclarecimentos dos representantes do Executivo sobre o planejamento da obra, a realização de reuniões com a comunidade e os canais de comunicação adotados. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou preocupação com a situação vivenciada por moradores de diversos bairros do Município, em especial Santa Luzia e região industrial, destacando que tais localidades historicamente têm sido objeto de promessas políticas não concretizadas. Ressaltou que o início de novas obras deverá causar transtornos significativos à população local, sem que haja, até o momento, contrapartidas adequadas, como a concessão de isenção ou alívio do IPTU durante o período mais crítico das intervenções. Questionou de que forma o Poder Público e os agentes políticos pretendem compensar os impactos causados à vida cotidiana dos moradores. O Vereador mencionou ainda problemas recorrentes em outros bairros, como Barbosa Lage e Granjas Bethel, citando mau cheiro, deficiência na prestação de serviços públicos e dificuldades no atendimento de saúde, especialmente na Granja Bethel, onde relatou a ausência de Médico após aposentadoria do profissional anterior, obrigando moradores a se deslocarem para outros bairros para atendimento. Relatou preocupação com obras iniciadas e não concluídas, como intervenções de infraestrutura em Santa Luzia, cujos resultados não foram devidamente esclarecidos à população. Solicitou à Secretária Cidinha Louzada para que auxilie na busca de soluções concretas para essas comunidades, em especial no que se refere à situação do IPTU durante o período de obras, defendendo a necessidade de oferecer algum tipo de compensação aos moradores afetados. Por fim, reforçou a gravidade das condições ambientais relatadas, especialmente nas regiões de Barbosa Lage e Granja Bethel, solicitando providências urgentes e colocando-se à disposição para visitas técnicas aos locais, a fim de que a situação seja verificada in loco. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola disse que a Zona Sul possui relevância social e econômica e que seus moradores vivenciam cotidianamente os impactos das enchentes e da falta histórica de soluções estruturais. Relatou situações vivenciadas na Avenida Ibitiguiaia, mencionando riscos recentes de alagamento em imóveis da região, e afirmou que o momento é oportuno para aprofundar o debate sobre a Zona Sul, especialmente diante das intervenções previstas. Ressaltou que obras de infraestrutura subterrânea, embora menos visíveis, são necessárias para enfrentar problemas históricos. Reconheceu o empenho do Executivo Municipal em buscar soluções e afirmou que acompanhará e fiscalizará a execução das obras, colocando-se à disposição para colaborar com a comunicação com a população local. Declarou não haver oposição às obras, mas defendeu que a política pública seja construída ouvindo os moradores diretamente impactados. Destacou que os benefícios das intervenções alcançarão não apenas Santa Luzia mas também bairros como Santa Efigênia, Bela Aurora, Teixeira e adjacências. Informou, ainda, que protocolou projeto de lei prevendo isenção de 100% do IPTU para moradores e comerciantes diretamente afetados pelas obras, solicitando sensibilidade e apoio dos demais Vereadores para a tramitação da matéria, em razão dos prejuízos temporários ao comércio local. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol reconheceu que toda obra gera transtornos temporários, inclusive em intervenções de pequeno porte, e defendeu a necessidade de se avaliar medidas compensatórias, como isenção tributária para as pessoas diretamente afetadas. Ressaltou a importância histórica das obras previstas, destacando que se trata de investimentos viabilizados por recursos do PAC, sem ônus direto ao Tesouro Municipal, e que visam solucionar problemas recorrentes de enchentes enfrentados há décadas em Santa Luzia, no Bairro Industrial e em outras regiões da cidade. Defendeu a valorização dos investimentos federais e municipais que possibilitam a execução dessas obras estruturantes, capazes de melhorar a qualidade de vida da população. O Vereador mencionou experiências pessoais relacionadas às enchentes na região e manifestou expectativa de que as obras sejam iniciadas com celeridade, superando entraves burocráticos. Solicitou atenção do Executivo



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

para outras localidades afetadas por enchentes, como o Bairro Jardim Esperança, e para a situação da Estação de Tratamento de Esgoto na região da Granja Bethel, em razão de recorrentes reclamações sobre mau cheiro, que afeta a qualidade de vida dos moradores. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão relatou que visitou, há cerca de três semanas, o Bairro Granja Bethel, a convite da população local, ocasião em que pôde constatar as dificuldades enfrentadas pelos moradores. Informou que o Diretor da Cesama, Senhor Lincoln, apresentou a perspectiva de solução para o problema de mau cheiro, por meio de projeto desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, cujo contrato encontra-se em fase de finalização com a Prefeitura, com previsão de redução significativa do odor. O Vereador manifestou confiança na capacidade técnica do Diretor da Cesama e na adoção de solução definitiva em curto prazo, destacando a gravidade da situação atualmente vivenciada pelos moradores. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal relembrou visita realizada ao Parque das Palmeiras, com a Secretária Cidinha Louzada, mencionando trecho da região da Granja Bethel onde intervenções anteriores não teriam sido plenamente concluídas, resultando em novos danos após chuvas intensas. Ressaltou a necessidade de nova atenção do Poder Público para o local, inclusive quanto à limpeza e às condições do rio, bem como à origem da espuma observada na água. O Vereador destacou que a comunidade tem enfrentado sucessivos impactos negativos, como desvalorização imobiliária, dificuldades de mobilidade e carência de investimentos compensatórios, citando ainda problemas de infraestrutura, como a precariedade do campo, dos alambrados e do centro comunitário, afetados por infiltrações e desgaste estrutural. Defendeu a necessidade de novas ações do Executivo para melhoria das condições locais, ressaltando que não é razoável impor apenas ônus à população sem a devida contrapartida. Informou, por fim, a intenção de articular nova visita à região, com a participação de Vereadores e moradores, a fim de buscar encaminhamentos e oferecer maior atenção às demandas apresentadas, estendendo a preocupação também ao Bairro Barbosa Lage. Com a palavra, o Secretário de Governo, Ronaldo Pinto Júnior, esclareceu que, desde o lançamento do programa pelo Governo Federal, em 2023, a Prefeita Margarida orientou o secretariado a apresentar projetos técnicos consistentes, visando aproveitar a oportunidade de enfrentar mazelas históricas da cidade. Explicou que o PAC é estruturado em diversos eixos de investimento e que o orçamento federal prevê montante superior a R\$ 1,8 trilhão até 2026. Informou que Juiz de Fora foi contemplada com aproximadamente R\$ 566 milhões em investimentos, valor expressivo quando comparado a municípios de porte semelhante, resultado desse da qualidade técnica dos projetos apresentados e da articulação institucional realizada. O Secretário detalhou os principais empreendimentos contemplados, destacando obras já em execução ou contratadas, como a requalificação do espaço esportivo do Bairro Amazônia; a regularização fundiária do Jardim Gaúcho; a construção da escola de tempo integral no Bairro Marilândia; intervenções de acessibilidade no Museu Mariano Procópio; e a implantação de equipamentos de teleconsulta na Rede Municipal de Saúde. Informou ainda sobre projetos em fase de licitação ou planejamento, como o Convive do Parque das Águas, obras de macrodrenagem nos Bairros Industrial, Santa Luzia, São Pedro, Democrata e Mariano Procópio, além de intervenções de contenção de encostas. Ressaltou que as obras do Bairro Santa Luzia representam investimento aproximado de R\$ 160 milhões, com licitação em andamento, e que tais intervenções buscam oferecer solução definitiva para os recorrentes problemas de enchentes. Destacou que os recursos do PAC não transitam pelo caixa municipal, sendo liberados pela Caixa Econômica Federal conforme medições das obras, garantindo maior controle e transparência na execução. Abordou ainda financiamentos que dependem de autorização legislativa, como os projetos de drenagem do Bairro Santa Efigênia, o esgotamento sanitário do Bairro Gramma e o programa Periferia Viva, agradecendo o apoio da Câmara Municipal nas autorizações já concedidas. Citou também novos investimentos previstos nas áreas de Saúde, como a construção de uma UBS e um Caps no Vitorino Braga, aquisição de equipamentos para UBS e a implantação de um Centro Especializado em Reabilitação. O Secretário enfatizou a obrigatoriedade do trabalho social vinculado



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

às grandes obras, com ações de comunicação, participação comunitária, segurança dos canteiros, mitigação de impactos e fortalecimento do vínculo entre Poder Público e população, incluindo a priorização de mão de obra local e compras no comércio da região afetada. Por fim, destacou que as intervenções do PAC abrangem diversas regiões do Município e que, ao final do ciclo de execução, previsto até 2028, os investimentos federais deverão resultar em significativa melhoria da qualidade de vida da população de Juiz de Fora. Com a palavra, a Senhora Bruna Ferreira, Secretária de Obras, deu continuidade à apresentação realizada pelo Secretário de Governo, concentrando sua exposição nas obras de infraestrutura, especialmente nas áreas de contenção de encostas e macrodrenagem. A Secretária informou que, no âmbito do PAC 2023, o Município foi contemplado com quatro obras de contenção, localizadas nas seguintes vias: Rua Joaquim Vicente Guedes (Bairro Graminha), Rua E (Bairro Olavo Costa), Rua da Esperança (Bairro Olavo Costa) e Rua Geraldo Albano (Cidade do Sol). Acrescentou que, no PAC 2025, foi contemplada mais uma obra de contenção, na Rua Margarida da Costa, no Bairro Santa Luzia. Esclareceu que a escolha das áreas não é feita pelo Município, mas pelo Governo Federal, a partir de cadastros e mapeamentos realizados pela Defesa Civil Municipal, com base em áreas de risco previamente identificadas e encaminhadas para análise federal. Detalhou que a obra da Rua Joaquim Vicente Guedes corresponde a uma grande intervenção em encosta, com investimento estimado em aproximadamente R\$ 14,5 milhões, com recursos a fundo perdido, encontrando-se atualmente em análise pela Caixa Econômica Federal, com previsão de licitação em fevereiro de 2026. Informou que as obras serão contratadas pelo regime de contratação semi-integrada, prevendo prazo médio de três meses para elaboração do projeto executivo e oito meses para execução. Sobre as intervenções na Rua E, no Bairro Olavo Costa, informou que se tratam de diversos pontos de contenção, incluindo solo grampeado e cortina atirantada, com investimento estimado em cerca de R\$ 8,1 milhões, também com projetos em análise pela Caixa, licitação prevista para fevereiro, três meses de projeto e seis meses de obra. Na Rua da Esperança, na Cidade do Sol, explicou que será executada obra de solo grampeado com concreto projetado, com investimento estimado em R\$ 2,5 milhões, prazo de três meses para projeto e cinco meses para execução. Já na Rua Geraldo Albano, também na Cidade do Sol, informou que será realizada contenção com solo grampeado e muro de concreto armado na base da encosta, com investimento estimado em R\$ 3,3 milhões, três meses de projeto e oito meses de obra, todos com recursos a fundo perdido. Em relação à Rua Margarida da Costa, no Bairro Santa Luzia, esclareceu que se trata de obra contemplada mais recentemente, no PAC 2025, ainda em fase de finalização de projeto para posterior submissão à Caixa Econômica Federal. O investimento estimado é de R\$ 8,5 milhões, com previsão de três meses para projeto, doze meses para execução e expectativa de lançamento do edital ainda no primeiro semestre do próximo ano. Apresentou, em seguida, um cronograma geral das obras de contenção, esclarecendo que os prazos apresentados são contratuais e que a maior parte das intervenções deverá ser concluída até 2027, com exceção da obra de Santa Luzia, cuja previsão se estende até 2028, em razão de estar em etapa anterior de desenvolvimento do projeto. Na sequência, passou a tratar das obras de macrodrenagem, informando que, no PAC 2023, o Município foi contemplado com intervenções nos Bairros Industrial, Santa Luzia e Democrata/Mariano Procópio, com recursos a fundo perdido, e que, no PAC 2025, foi incluída a macrodrenagem dos Bairros Santa Efigênia e Sagrado Coração de Jesus, com possibilidade de financiamento. Sobre o Bairro Industrial, informou que a licitação das obras de macrodrenagem e esgotamento sanitário será aberta em 22 de janeiro, com valor estimado em aproximadamente R\$ 93 milhões, recursos a fundo perdido, previsão de início do contrato em março, seis meses para elaboração de projeto e quarenta e dois meses para execução das obras, ressaltando que há incentivo contratual para redução desses prazos. Em relação ao Bairro Santa Luzia, informou que o edital de licitação já se encontra publicado, com abertura prevista para 17 de março, investimento aproximado de R\$ 162 milhões, com recursos a fundo perdido e participação da Cesama no esgotamento sanitário. A previsão de início das obras é maio, com seis meses para projeto e



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

quarenta e dois meses para execução. Destacou que todas as etapas contarão com acompanhamento de trabalho socioambiental, incluindo ações de mobilidade urbana, assistência social, comunicação e reuniões periódicas com a comunidade e com o Legislativo, para apresentação dos impactos e planejamento das intervenções por etapas. Quanto às obras de macrodrenagem do Democrata/Mariano Procópio, informou que os projetos ainda se encontram em análise pela Caixa Econômica Federal, com ajustes técnicos em andamento, investimento estimado em R\$ 96 milhões, recursos a fundo perdido, previsão de lançamento de edital até fevereiro de 2026 e início do contrato em junho do mesmo ano, com seis meses para projeto e quarenta e dois meses para execução. Por fim, abordou a macrodrenagem de Santa Efigênia, esclarecendo que o projeto depende de autorização da Câmara Municipal por se tratar de financiamento com recursos do FGTS, no valor estimado de R\$ 63 milhões. Informou que o anteprojeto está em elaboração e que, caso todas as etapas burocráticas sejam concluídas, a previsão é de licitação a partir de julho de 2026, com seis meses de projeto e trinta e seis meses de execução. A Secretária concluiu apresentando o cronograma geral das obras de macrodrenagem já pactuadas, informando que a previsão contratual é de conclusão até o final de 2030, destacando, contudo, a expectativa de redução desses prazos mediante acordos com as empresas vencedoras, cujos cronogramas definitivos serão apresentados após a assinatura dos contratos. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão iniciou sua manifestação parabenizando a Prefeita Margarida Salomão e toda a equipe do Executivo pelas intervenções realizadas na região da Vila Ideal, destacando que, desde o início do mandato, com os Vereadores João Wagner Antoniol e Maurício Delgado, solicitou a liberação do acesso nas duas encostas do local, ressaltando a importância da medida para a circulação de caminhões de coleta de lixo, para a mobilidade das empresas e para o deslocamento da população em direção ao Bairro Bom Pastor e à Zona Sul do Município. Na sequência, o Vereador dirigiu questionamentos à Secretária de Obras, Bruna Ferreira, solicitando esclarecimentos acerca do cronograma de duas obras específicas de contenção. A primeira refere-se à encosta da Rua São José, informando que, à época em que o então Secretário Lincoln estava à frente da pasta, durante ato de inauguração, a Prefeita anunciou que a obra teria continuidade no início do ano seguinte, o que, segundo o Vereador, ainda não ocorreu, encontrando-se a intervenção paralisada. Solicitou, portanto, informações atualizadas sobre o cronograma e a retomada da obra. O segundo questionamento tratou da encosta da Rua Antônio Hespagnol Celeste, no Bairro Santa Luzia, destacando que a obra vem sendo acompanhada de perto pelo mandato, que não foi executada no ano anterior nem no corrente ano e que, embora haja indicação de que os recursos estejam assegurados, não há informações claras sobre o andamento e o cronograma de execução. O Vereador ressaltou que ambas as obras são aguardadas com expectativa pela população da Rua São José e do Bairro Santa Luzia. Com a palavra, a Secretária de Obras prestou esclarecimentos aos questionamentos formulados. Inicialmente, esclareceu que a obra da Rua Antônio Miranda, em Santa Luzia, integra o PAC 2, razão pela qual não constou na apresentação anterior. Informou que o contrato já foi assinado e que o Município aguarda a emissão da ordem de serviço. Após a ordem de serviço, o cronograma prevê aproximadamente três meses para elaboração do projeto e, na sequência, o início da execução das obras. Acrescentou que, no mesmo convênio do PAC 2, encontra-se a obra de Santa Cecília, atualmente em fase final de licitação, aguardando a conclusão do prazo recursal. Informou que, em breve, deverá ser assinado o contrato referente às intervenções nas Ruas João Monteiro Garcia, localizada atrás da UBS, e Pretestato Silva. Em relação à encosta da Rua Antônio Hespagnol Celeste, respondeu que também está inserida no PAC 2. Ressaltou que, nos últimos anos, houve agravamento significativo da situação da encosta, o que demandou a reformulação do projeto originalmente previsto. Falou que o novo projeto encontra-se em análise técnica, com expectativa de aprovação entre os meses de janeiro e fevereiro, para posterior lançamento do edital de licitação. Quanto à obra da Rua São José, explicou que foi necessário o desenvolvimento de um novo projeto, o qual se encontra em fase de elaboração. Acrescentou que o Município possui atualmente quatro ou cinco projetos de contenção



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

em desenvolvimento, incluindo intervenções do PAC 2 e obras de continuidade, citando, entre elas, as contenções do Grajaú e do Costa Carvalho, cujos convênios estão sendo retomados. A Secretária concluiu destacando que a Secretaria de Obras está trabalhando simultaneamente na elaboração e atualização de projetos, a fim de viabilizar a retomada e o avanço das obras de contenção pendentes no Município. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão reiterou questionamento anteriormente formulado acerca da obra de contenção da Rua São José. O Vereador esclareceu que sua indagação não se referia à elaboração de novos projetos, mas à efetiva continuidade da obra anunciada pela Prefeita em ato público, quando foi informado que, em razão do encerramento do orçamento vigente, a conclusão da intervenção ocorreria no exercício seguinte. Destacou que o ano de 2025 já se encontra em curso e que, até o momento, não houve retomada das obras no local. Indagou, de forma objetiva, se há previsão orçamentária ou recurso assegurado para a conclusão da obra da Rua São José no exercício de 2026 ou se será necessária a busca de novo financiamento para sua finalização. Respondendo ao questionamento do Vereador, a Secretária Bruna disse que, segundo seu acompanhamento in loco, parte da intervenção não foi concluída por insuficiência orçamentária à época, permanecendo pendências estruturais que continuam impactando os moradores da região. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão falou que acompanha diariamente a situação no local, inclusive em área próxima à residência de familiar, e que a obra não foi integralmente finalizada, permanecendo problemas relacionados ao escoamento das águas e à estabilização do terreno. Registrou, ainda, que, caso necessário, apresentará registros fotográficos para demonstrar a situação relatada. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola dirigiu questionamento à Secretária Bruna, para fins de registro em ata, acerca da abrangência das obras de macrodrenagem previstas para a Zona Sul, especialmente no âmbito do investimento estimado em R\$ 63 milhões. O Vereador descreveu, de forma detalhada, o percurso do córrego, desde o Bairro Sagrado Coração de Jesus, passando por diversas vias e pontos críticos da Zona Sul, relatando problemas históricos de obstruções, intervenções irregulares realizadas por particulares, estrangulamento do fluxo das águas pluviais e recorrência de alagamentos em residências localizadas ao longo do trajeto. Questionou se as obras previstas contemplam a totalidade do trecho descrito, incluindo as intervenções necessárias para correção de obras realizadas sem critérios técnicos, desobstrução de pontos de estrangulamento, execução de contenções em ambas as margens do córrego e regularização do escoamento das águas, desde a área inicial até o deságue na região da Avenida Ibitiguaia e, posteriormente, no Bairro Santa Luzia. Indagou, ainda, se as contenções de concreto apresentadas nos estudos preliminares estão efetivamente incluídas no escopo do projeto financiado, esclarecendo que a resposta possui relevância direta para a definição de seu posicionamento quanto à autorização legislativa do financiamento necessário à execução da obra. O Vereador ressaltou que seu questionamento se baseia em conhecimento direto da realidade local, por ser morador da região, e destacou a importância de garantir que a intervenção proposta seja integral, contínua e eficaz, abrangendo todo o sistema de drenagem e contenção ao longo do curso do córrego, desde o Sagrado Coração de Jesus até Santa Luzia, com o objetivo de evitar soluções parciais que não resolvam os problemas estruturais enfrentados pela população. O Presidente Zé Márcio Garotinho elogiou a exposição realizada pelo Vereador Negro Bússola, ressaltando seu conhecimento técnico e vivência na região da Zona Sul. Na sequência, o Presidente destacou que o primeiro ponto crítico de estancamento de água ocorre na ponte de acesso ao Loteamento Santa Luzia, nas proximidades da Granja do Café Apolo. Em complemento ao questionamento formulado pelo Vereador Negro Bússola, indagou à Secretária de Obras se a obra de macrodrenagem tem início nas imediações do Condomínio Vale Verde, especificamente na entrada do Loteamento Santa Luzia, buscando esclarecer o marco inicial da intervenção prevista no projeto. Com a palavra, a Secretária Bruna respondeu acerca do trajeto e do escopo das intervenções previstas. Inicialmente, esclareceu que, a título de reforço do que já havia sido explicado em audiência anterior, a equipe técnica percorreu integralmente o trecho da obra in loco, analisando as condições existentes. Destacou que há diversas interferências ao longo do



## **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025** **ATA APROVADA**

córrego, como pontes particulares, travessias improvisadas e edificações muito próximas às margens. Informou que a obra está dividida em dois grandes trechos, sendo o primeiro com início na região do Café Apolo, onde serão substituídas as travessias existentes, com a troca de pontes e ampliação da capacidade de vazão, uma vez que naquele ponto já há adensamento urbano que impede o alargamento do córrego. Ressaltou que são cinco travessias a serem substituídas entre o Café Apolo e a região do campo de futebol. Explicou ainda que, na área próxima ao campo, será implantado um reservatório para retenção de água, com o objetivo de reduzir a vazão a jusante e evitar a necessidade de grandes desapropriações, consideradas inviáveis no contexto atual. A partir do cruzamento com a Rua Pedro Afonso até a queda d'água, será executada uma nova calha com paredes de concreto, abrangendo os fundos das residências existentes, substituindo as diversas soluções adotadas ao longo dos anos, como trechos em solo natural, gabião, enrocamento e estruturas em "rip rap". Segundo a Secretária, a proposta é uniformizar a solução técnica ao longo de todo esse trecho. Após a queda d'água, esclareceu que não haverá necessidade de intervenções, uma vez que a calha natural comporta adequadamente a vazão. Em seguida, na região da Rua Teresa Nogueira até o ponto onde o Córrego Ipiranga deságua na Avenida Ibitiguaia, será realizada a requalificação da calha, hoje majoritariamente aberta e em gabião, com implantação de paredes de concreto e ajustes de largura, visando padronizar a vazão. Por fim, informou que todas as intervenções serão detalhadas na fase de anteprojeto e projeto executivo, atualmente em elaboração, após a realização dos estudos hidrológicos e de concepção. Esclareceu ainda que o trecho da Avenida Ibitiguaia até o Graminha integra a obra do Bairro Santa Luzia, cujo projeto já se encontra em processo de licitação. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola solicitou à Secretária de Obras a inclusão, no escopo do projeto, do córrego localizado na Rua Antônio da Rocha Lima, na região de Santa Efigênia, vertente que recebe águas provenientes dos Bairros Bela Aurora e do final do Bairro conhecido como 140. Ressaltou que o referido trecho demanda atenção específica e não se encontra contemplado no percurso principal do córrego, solicitando, se possível, sua inserção no pacote de intervenções previstas no valor de R\$ 63 milhões, destacando os benefícios paisagísticos e estruturais para a comunidade. Colocou-se à disposição para encaminhar registros fotográficos, caso necessário. Ainda sobre o tema, o Presidente Zé Márcio Garotinho pontuou que a substituição de gabiões por estruturas em concreto tende a aumentar a velocidade da água, razão pela qual considerou fundamental a implantação de bacias de retenção, a fim de controlar a vazão. A Secretária de Obras Bruna Ferreira disse que é importante a separação das vertentes, de modo que a água proveniente do Sagrado seja retida antes, evitando represamento da vertente de Santa Efigênia, o que, segundo afirmou, ocorre atualmente. Acrescentou que tal medida contribuirá para a redução do volume e da velocidade da água que chega ao Bairro Santa Luzia, cuja calha já foi dimensionada para essa nova realidade, prevenindo transbordamentos e erosões. Pela ordem, o Vereador João do Joaninho mencionou, como exemplo, a obra da escola do Bairro Marilândia, ressaltando o crescimento da região e a relevância da intervenção para atender à demanda da comunidade, apontando que a previsão de resposta até 2028 será benéfica, especialmente diante do transbordamento de alunos para outras unidades escolares. Retomando o tema das encostas na Zona Sul, avaliou de forma positiva as intervenções previstas, citando especificamente a região da Costa, bem como a Encosta da Rua Antônio Hespagnol Celeste, relatando a situação crítica vivenciada pelos moradores, com redução significativa de acessibilidade às residências. Destacou que as prioridades apontadas decorrem de visitas técnicas aos locais e do conhecimento direto da realidade enfrentada pela população. Reconheceu a necessidade de reformulação do projeto, diante do agravamento das condições da encosta ao longo do tempo. Por fim, informou que já participou de reuniões nas quais foi mencionada a situação da Rua Francisco Altomar, em Santa Luzia, onde há um corte viário que obriga os moradores a realizarem grandes deslocamentos, e que a obra permanece sem execução há anos. Solicitou esclarecimentos sobre essa intervenção, ainda que tenha reconhecido que a mesma possa não estar inserida no plano apresentado, pedindo maiores



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

explicações acerca da contenção prevista para a referida via. Com a palavra, a Secretária de Obras esclareceu que a obra da Rua Francisco Altomar já se encontra contratada. Informou que a empresa responsável tem prazo até os meses de janeiro ou fevereiro para a entrega e aprovação dos projetos, para então ser dada a ordem de início das obras. Acrescentou que a intervenção será executada com recursos do Finisa (Financiamento à Infraestrutura e Saneamento) e que a obra é essencial para viabilizar as ações de macrodrenagem em Santa Luzia, uma vez que garantirá alternativa de mobilidade urbana durante a execução das demais intervenções. Ressaltou que, diante dessa necessidade, a Administração Municipal antecipou o projeto da Rua Francisco Altomar, iniciou os trâmites contratuais e as obras terão início em breve, com previsão de conclusão no próximo ano. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão solicitou que ficasse registrado em ata pedido direcionado ao Secretário de Governo, informando que foi anunciada a possível visita do Ministro André Fufuca ao Município na sexta-feira, dia 12. O Vereador destacou que, recentemente, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Ministro Fufuca, anunciou a criação da primeira Faculdade de Esporte do Brasil, com sede em Brasília. Diante disso, solicitou que a Prefeita, considerando as conquistas já obtidas com o Governo Federal, interceda para que Juiz de Fora seja contemplada como extensão dessa instituição. Ressaltou que a implantação de uma extensão de Faculdade de Esporte no Município seria de grande relevância para a região, promovendo desenvolvimento, qualificação profissional e fortalecimento do esporte aliado à tecnologia, área considerada essencial na atualidade. Destacou ainda o reconhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora em âmbito nacional, sugerindo a possibilidade de parceria institucional. Por fim, solicitou que, caso a visita do Ministro se concretize, o pedido seja reforçado em diálogo com a Prefeita e o Secretário de Governo, registrando que a Comissão de Esporte e Lazer da Casa manifestaria apoio à iniciativa. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar destacou a relevância das intervenções de drenagem em debate, ressaltando sua importância para a cidade e para a população, mas trouxe questionamento referente a outro tema de grande interesse da comunidade do Bairro Vitorino Braga. O Vereador lembrou que, desde o primeiro mandato, ele e a Vereadora Cida Oliveira vêm defendendo a implantação de uma UBS na região. Pontuou que a promessa inicial indicava execução célere da obra e questionou sobre a previsão de início das intervenções, considerando que o projeto inicial é de grande porte e que a área se encontra atualmente degradada, com registros de insegurança, uso de drogas e vulnerabilidade social. Ressaltou ainda que a implantação da UBS, com um Caps, além de atender uma área descoberta de serviços de saúde, pode contribuir significativamente para a requalificação da praça e para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente no que se refere à saúde mental. Com a palavra, a Secretária Bruna informou que os projetos da UBS e do Caps estão em fase final de elaboração e que ambos serão executados de forma integrada, uma vez que uma obra interfere diretamente na outra, por estarem localizadas lado a lado, na praça do bairro. Informou que a previsão é de encaminhamento dos projetos para aprovação no Ministério ainda no final do mês de dezembro, com trâmites de análise previstos para os meses de janeiro e fevereiro. Acrescentou que o processo licitatório deverá ser iniciado entre fevereiro e março e que o prazo estimado para execução das obras é de aproximadamente dezoito meses, ao final dos quais os dois equipamentos públicos estarão concluídos e prontos para funcionamento. Pela ordem, o Vereador Pardal ressaltou a importância das intervenções expostas, afirmando ter acompanhado de perto com o Executivo a execução de diversas obras no Município de Juiz de Fora. Destacou que os recursos a serem contratados, seja por meio do Finisa, BNDES ou outras modalidades, são essenciais para viabilizar as ações propostas, uma vez que, sem esses instrumentos, a execução se tornaria inviável. Enfatizou que as obras contemplam diversas regiões da cidade, mencionando, de forma especial, a região do Bairro Santa Luzia, cuja situação acompanha há longo tempo, reconhecendo a pertinência das manifestações realizadas por outros Vereadores, principalmente o Vereador Negro Bússola. Reforçou que as intervenções apresentadas refletem demandas reais da população e são fundamentais para a



## **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025**

### **ATA APROVADA**

melhoria da qualidade de vida no Município. Por fim, afirmou que cabe a esta Casa Legislativa cumprir seu papel institucional, analisando e aprovando aquilo que for de interesse público, a fim de permitir a continuidade das obras e ações do Executivo Municipal. Parabenizou os membros do Executivo pelos trabalhos apresentados e manifestou expectativa de que as propostas relevantes sejam aprovadas, possibilitando o avanço das melhorias para a cidade. O Presidente Zé Márcio Garotinho fez um breve comentário, apontando que as obras estruturantes e a implantação de equipamentos públicos de grande porte não são viáveis apenas com recursos próprios do Município, sendo necessária a contratação de financiamentos e empréstimos. Ressaltou que esta Casa Legislativa sempre exige, como condição para aprovação dessas operações, a comprovação da capacidade e da solidez financeira do Município para arcar com tais compromissos, requisito que, segundo afirmou, vem sendo atendido pelo Poder Executivo, a exemplo do financiamento destinado à construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Santo Antônio. Pela ordem, o Vereador Fiote dirigiu questionamento ao Secretário de Governo Ronaldo, relatando demanda apresentada por moradores do Bairro Santo Antônio durante visita à UBS local. Informou que a comunidade tem manifestado dúvidas quanto ao empréstimo em discussão, especialmente no que se refere ao prazo para o início das obras na UBS do Bairro Santo Antônio, caso o financiamento seja aprovado. O Vereador disse que se trata de uma necessidade antiga da população, destacando que a unidade existente encontra-se defasada em razão do crescimento populacional do bairro, sendo necessária não apenas uma reforma mas a construção de uma nova unidade, a fim de atender adequadamente à demanda local. Com a palavra, o Secretário de Governo esclareceu que o Município aguarda a autorização da Câmara Municipal para a contratação do financiamento em questão. Informou que, após a deliberação do Legislativo, a autorização será encaminhada ao Ministério da Fazenda, responsável pela análise das condições fiscais e das certidões do Município, a fim de viabilizar a contratação do crédito. Destacou que esse trâmite não depende exclusivamente da Prefeitura, citando como exemplo o caso do financiamento do Ribeirão das Rosas, que demandou ajustes solicitados pelo próprio Ministério da Fazenda antes da contratação, a qual, posteriormente, foi efetivada, possibilitando a licitação da obra. Acrescentou que a elaboração do projeto da UBS já está sendo providenciada pela Prefeitura, em conjunto com as Secretarias de Obras e de Saúde, incluindo estudos sobre a demolição da unidade atual, a construção de uma nova UBS e as alternativas para funcionamento provisório durante as obras. Ressaltou que, após a homologação e assinatura do contrato de financiamento, será possível apresentar um cronograma mais seguro para a execução da obra. Por fim, afirmou que a orientação da Prefeita Margarida é iniciar as intervenções o mais breve possível, atendendo à urgência da comunidade, e que o Executivo está trabalhando para que todas as etapas técnicas estejam prontas, de modo a viabilizar o início das obras ainda dentro do atual mandato. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira manifestou-se favoravelmente às iniciativas apresentadas pelo Poder Executivo, por entender que o Município de Juiz de Fora é merecedor das obras anunciadas. Destacou que, após um período prolongado de paralisação e agravamento de problemas como enchentes, a atual gestão tem demonstrado coragem ao promover obras estruturantes e de grande porte. Na condição de Professora, ressaltou positivamente a obra prevista para a Escola Municipal Professor José Calil, no Bairro Marilândia, enfatizando o crescimento populacional da região e a necessidade de ampliação da oferta educacional, a fim de evitar o deslocamento de alunos para outros bairros. Manifestou expectativa de que outras iniciativas semelhantes sejam implementadas. Mencionou, ainda, as intervenções de drenagem no Bairro Graminha e as obras de contenção de encostas apresentadas, apontando a importância dessas ações para garantir segurança e tranquilidade à população residente em áreas de risco, especialmente nos períodos de chuva. Por fim, solicitou atenção do Poder Executivo para a situação da encosta localizada nas proximidades da Escola Lions, no Bairro Graminha, onde um muro apresenta sinais de comprometimento, agravados pelas chuvas recentes, podendo gerar riscos adicionais e maiores custos futuros. Encerrou reafirmando apoio às ações do Executivo e colocando-



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

se à disposição para colaborar, destacando que o objetivo comum é a melhoria da qualidade de vida da população de Juiz de Fora. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol dirigiu-se ao Secretário Ronaldo e à Secretária Cidinha Louzada para tratar da questão da UBS do Bairro Santo Antônio, tema também abordado pelo Vereador Fiote. Recordou que, ainda no mandato anterior, participou das discussões sobre a solução para a UBS da região e destacou que foi ventilada a possibilidade de construção de uma nova unidade em local diverso do atual. Informou que há um terreno em processo de legalização no âmbito do Reurb, localizado no Recanto dos Pássaros, com área aproximada de 600 m², que poderá ser destinado ao Município, contando, inclusive, com a possibilidade de ligação viária à Rua Alexandre Ressurreição, o que, em sua avaliação, permitiria melhor alocação da UBS. Acrescentou que já foi solicitada agenda com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para tratar do tema, destacando que o processo de regularização fundiária encontra-se em estágio avançado. Por fim, questionou se já há definição quanto ao local da construção da nova UBS, indagando se a obra será realizada no espaço onde hoje funciona a unidade ou se existe a possibilidade de se considerar a implantação no referido terreno do Recanto dos Pássaros. Pela ordem, o Vereador Fiote informou que tem conversado com diversos moradores do Bairro Santo Antônio e que a maioria da comunidade solicita que a UBS permaneça no local onde atualmente está instalada, por se tratar de ponto de fácil acesso para os usuários da região. Ressaltou que reside no bairro há 44 anos e que esse é um pedido recorrente da população local. Dirigindo-se ao Secretário de Governo, afirmou que a retirada da UBS do local atual para outra área, conforme mencionado anteriormente, seria considerada inadequada pela comunidade e dificilmente seria aceita. Ao final, parabenizou o Vereador João Wagner Antoniol pela manifestação. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira ressaltou a importância das obras do PAC, pontuando que, por se tratarem de recursos a fundo perdido, diferenciam-se dos financiamentos contratados pelo Município, os quais geram obrigação de pagamento futuro. Enfatizou a relevância de esclarecer essa distinção à população e observou que Juiz de Fora foi contemplada após a apresentação de projetos ao Governo Federal e sua aprovação. O Vereador ponderou que os projetos aprovados correspondem a etapas iniciais e que, conforme exposto pela Secretária de Obras será necessária a elaboração de novos projetos executivos e a execução das obras em diferentes fases. Ressaltou ainda que o Município não dispõe de recursos próprios suficientes para a realização de obras de grande vulto, o que justifica a necessidade de financiamentos. Na sequência, ao tratar especificamente das intervenções previstas para a região de Santa Luzia, abrangendo o córrego do Ipiranga e a Avenida Ibitiguaia, destacou que as obras deverão gerar impactos no comércio local e em moradias situadas ao longo do curso do córrego. Diante disso, questionou se, no desenvolvimento dos projetos executivos, estarão incluídas medidas relacionadas às edificações impactadas, como reforço estrutural de residências e eventuais ações de mitigação para comércios afetados, ou se tais intervenções dependerão de novos projetos e de recursos adicionais do caixa do Município. Com a palavra, a Secretária Bruna, em resposta à Vereadora Cida Oliveira, disse que o projeto referente à encosta do Lions Clube, no Bairro Graminha, encontra-se em fase final de elaboração. Informou que foi dada prioridade aos projetos vinculados ao PAC em razão dos prazos para aprovação, sob pena de perda dos recursos, mas que o projeto do Lions já está contratado e deverá ser entregue no primeiro semestre, possibilitando a posterior licitação das obras. Em seguida, respondendo ao questionamento do Vereador André Luiz Vieira, esclareceu que as obras em edificações privadas não estão contempladas diretamente com recursos do PAC. Contudo, destacou que os projetos incluem o trabalho socioambiental, anteriormente denominado trabalho técnico-social, responsável por mapear todas as residências e identificar potenciais riscos e impactos decorrentes das obras. Ressaltou que toda edificação eventualmente atingida diretamente pelas intervenções será reparada, sendo tais reparos custeados com recursos previstos no PAC. Por outro lado, explicou que imóveis em situação precária que não sofram impacto direto das obras não podem receber melhorias com recursos públicos, podendo apenas ser objeto de recomendação técnica. Por fim, esclareceu que eventuais medidas adicionais, como subsídios ou



## **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025**

### **ATA APROVADA**

outras formas de compensação, quando identificadas pelo trabalho socioambiental, serão avaliadas caso a caso e, se necessárias, poderão ser custeadas pelo Município, fora do escopo direto do financiamento do PAC. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer fez um questionamento ao Diretor-Presidente da Cesama, Lincoln, solicitando esclarecimentos acerca da coleta e do tratamento de esgoto relacionados às obras previstas no Córrego Santa Efigênia. O Vereador ressaltou que a intervenção é indispensável, uma vez que não seria eficaz promover o tratamento do esgoto apenas a jusante, na região de Santa Luzia, sem a adequada captação e condução dos efluentes a montante. Indagou, especificamente, sobre a implantação dos interceptores, das estações de tratamento, dos emissários e das eventuais elevatórias, bem como sobre a forma como esses sistemas serão integrados às obras de drenagem. Destacou a importância de que a solução de drenagem venha acompanhada, de maneira conjunta, da solução definitiva para a coleta e o tratamento do esgoto em toda a área abrangida pela intervenção. Com a palavra, Lincoln Santos Lima, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento Municipal (Cesama) esclareceu que, em todas as obras vinculadas ao PAC, a Cesama atua de forma integrada, com recursos próprios, em parceria com a Secretaria de Obras, visando à implantação dos coletores-tronco ao longo das margens de todos os córregos que receberão intervenções. No caso específico do Córrego Santa Efigênia, informou que, em razão da intensa ocupação existente em suas margens, é necessária a definição prévia das soluções técnicas indicadas nos projetos de obras, para que, a partir delas, a Cesama possa desenvolver seus projetos específicos. Destacou, ainda, que, nas obras do PAC, já existem projetos elaborados pela Cesama e que as licitações estão sendo realizadas com a Secretaria de Obras, integrando o mesmo conjunto de obras, porém com pagamento das medições efetuado separadamente pela Cesama. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira retomou a discussão acerca dos projetos vinculados ao PAC, apontando que tais projetos são oriundos de demandas da sociedade e definidos como prioridades pela Prefeitura e pelo Governo. Ressaltou a importância da captação de novos recursos com o Governo Federal como estratégia fundamental para o avanço do desenvolvimento do Município. Em seguida, questionou de que forma a sociedade poderá participar da definição e da escolha de novos projetos que venham a ser apresentados para captação de recursos em futuras etapas do PAC. Citou, como exemplo, uma demanda antiga existente na Rua Maria da Conceição Atalaia, no Bairro Graminha, reconhecendo a qualidade das obras recentemente executadas na região, mas ressaltando a existência de outras áreas do Município com necessidades semelhantes. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre os critérios, os canais de participação e o processo de seleção dos projetos que serão encaminhados para captação de recursos em futuros programas, considerando a expectativa de novas oportunidades no próximo ano. Com a palavra, a Secretária Bruna esclareceu que as intervenções de drenagem e contenção são definidas a partir do mapeamento realizado pela Defesa Civil, que mantém monitoramento constante das áreas do Município. Informou que as áreas classificadas como de risco muito alto são priorizadas, por apresentarem maior possibilidade de captação de recursos, especialmente em razão da gravidade do risco envolvido. Explicou que, a partir desse mapeamento, são elaborados os chamados projetos de concepção, que consistem em estudos técnicos realizados em conjunto com a Defesa Civil, indicando as áreas passíveis de intervenção, as soluções adequadas e a estimativa de custos. Destacou que, nos encaminhamentos ao Governo Federal, são apresentadas diversas áreas, citando, como exemplo, o envio de aproximadamente trinta áreas em uma das últimas seleções, cabendo ao Governo Federal a escolha final das que serão contempladas. Ressaltou que as áreas já mapeadas e com estudos técnicos prévios têm maior facilidade para obtenção de recursos. Informou ainda que a Prefeitura tem buscado, sempre que possível, investir com recursos próprios na elaboração de projetos, uma vez que a existência do projeto pronto reduz o tempo de tramitação e aumenta significativamente as chances de captação de recursos federais ou estaduais para execução das obras. Por fim, mencionou que, no caso específico da Rua Maria da Conceição, o tema será encaminhado à Secretária Cidinha, informando que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular (Sedupp) já se encontra em fase de



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

desenvolvimento de projeto para a referida localidade. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira ponderou que, nos casos de calamidade ou risco, compreende que a definição de prioridades cabe à Defesa Civil. Contudo, destacou que o sistema de captação de recursos do Governo Federal recebe projetos de diferentes naturezas, não se restringindo apenas às áreas de risco, abrangendo também outras áreas e tipos de iniciativas. Com a palavra, a Secretária Bruna esclareceu que, para que projetos sejam contemplados pelo PAC, existem canais de comunicação com a Prefeitura para indicação ou sugestão de demandas. Informou que a comunidade pode encaminhar solicitações por meio do sistema eletrônico de atendimento, no qual são registrados pedidos de zeladoria; contudo, quando se trata de demandas de maior porte, estas são cadastradas como projetos. Acrescentou que, no âmbito do Poder Legislativo, as demandas são encaminhadas por meio da Secretaria de Governo e que, em diversas ocasiões, são realizadas visitas técnicas com Vereadores, oportunidades em que as necessidades apresentadas são incluídas em um banco de projetos e de demandas do Município. Ressaltou ainda que, no caso de equipamentos públicos, cada Secretaria mantém seu próprio mapeamento das necessidades da cidade, o qual é coordenado pela Sedupp, com dados georreferenciados que identificam a carência de equipamentos de saúde, educação e outros serviços. Destacou, por fim, que as demandas podem sempre ser encaminhadas por esses canais mencionados. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira esclareceu que as obras apresentadas são necessárias, importantes e foram captadas com recursos a fundo perdido, ressaltando o interesse em contribuir com sugestões e ideias. Informou que pretende apresentar projetos para que possam ser encaminhados como pedidos ao Governo Federal e, caso atendidos, beneficiarão a cidade. Disse que compreende que as escolhas seguem critérios de prioridade definidos pela Prefeitura, mas ponderou que, em algumas situações, o olhar do Legislativo pode identificar demandas ainda não atendidas, razão pela qual manifestou o interesse em participar desse processo. Com a palavra, a Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular, Cidinha Louzada, destacou a importância da área do Graminha, inserida no processo de regularização fundiária (Reurb). Explicou tratar-se de um loteamento amplo e totalmente irregular, localizado na região da Rua Maria da Conceição, cujos moradores atualmente se deslocam até o Bairro Graminha para acesso ao transporte público, embora exista a possibilidade de abertura de via que permita ligação direta com o Bairro Santa Luzia, facilitando o acesso ao ônibus naquela localidade. Informou que o tema vem sendo trabalhado há aproximadamente dois anos e que, atualmente, o planejamento urbano da área está em desenvolvimento, com estudos conduzidos pela Sedupp. Esclareceu que, inicialmente, cogitou-se a necessidade de desapropriação para abertura da via, hipótese posteriormente descartada em razão da inexistência de titularidade formal dos terrenos. Assim, falou que será possível a abertura da rua com saída para Santa Luzia, viabilizando a urbanização da área. Acrescentou que o projeto contempla o fracionamento do terreno, a execução de obras de urbanização e, posteriormente, a regularização fundiária com a concessão dos títulos legais de propriedade. Nesse contexto, ressaltou a relevância das indicações parlamentares e das demandas da comunidade para futuros projetos de asfaltamento e drenagem. A Secretária lembrou que, historicamente, demandas de maior complexidade, como pavimentação e drenagem, eram registradas e encaminhadas ao planejamento e à Secretaria de Obras, sendo priorizadas quando da contratação de financiamentos, como o Finisa. Comentou que diversas ruas foram asfaltadas a partir de indicações dos Vereadores e de reuniões com a comunidade. Informou ainda que o novo financiamento do Finisa, atualmente em análise nesta Casa Legislativa, permitirá a execução de outras obras represadas, citando como exemplo a obra do Morro do Sabão, recentemente inaugurada, viabilizada por financiamento anteriormente aprovado pela Câmara Municipal. Por fim, ressaltou a importância da aprovação do financiamento para dar continuidade a essas intervenções estruturantes. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Otaviano Costa, Comerciante do Bairro Santa Luzia, destacou a presença de outros comerciantes da região. O orador ressaltou que a discussão não se limita ao acúmulo de água nas vias, mas envolve vidas



## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

interrompidas, famílias que perdem seus bens em poucos minutos e trabalhadores que veem o esforço de uma vida inteira ser levado pelas enchentes. Relatou experiências pessoais, mencionando registros fotográficos e audiovisuais das inundações ocorridas em 2021, que atingiram sua residência e seu comércio, e afirmou que o problema se repete ao longo dos anos. Disse que as enchentes não são meros acidentes naturais, mas consequências da falta de ações estruturais adequadas, citando falhas de infraestrutura, abandono de córregos, galerias insuficientes e obras interrompidas ou mal executadas, como ocorrido na Avenida Ibitiguaia, gerando transtornos à população e aos comerciantes. Defendeu que a prevenção de enchentes é fundamental para preservar vidas, patrimônios e a dignidade dos cidadãos, destacando a necessidade de decisão política, prioridade e compromisso do Poder Público. Na sequência, reiterou que o Bairro Santa Luzia convive com medo, prejuízos e insegurança sempre que há chuvas mais intensas, ressaltando que o problema é antigo e que a obra de drenagem é necessária, urgente e considerada a única solução definitiva para o bairro. Acrescentou que, além de realizar a obra, é fundamental que ela seja executada de forma adequada, sem causar prejuízos excessivos aos comerciantes e moradores. Apresentou, então, uma proposta para a execução da obra em duas etapas. Sugeriu que a primeira etapa ocorra no trecho da curva de aproximadamente 90 graus, entre a Avenida Ibitiguaia e a Avenida Santa Luzia, até a região da Pedreira, mantendo a Avenida Ibitiguaia livre nesse primeiro momento. Propôs ainda a implantação provisória de mão dupla no trecho entre o Santuário e a Lotérica, com sinalização adequada, a fim de garantir a circulação de veículos e reduzir transtornos. A segunda etapa contemplaria a Avenida Ibitiguaia, condicionada à prévia solução da Rua Francisco Altomar, para que funcione como rota alternativa de tráfego. Por fim, solicitou a avaliação de medidas compensatórias, como isenção de IPTU e de tarifa de água, em razão dos impactos das obras, agradecendo a atenção. Com a palavra, o Senhor Vinícius Soares Arede, morador do Bairro São Mateus, relatou residir na esquina da Rua Padre Café com a Rua Cândido Tostes, local onde, segundo informou, há recorrente acúmulo de água em períodos de chuva. Questionou os representantes do Poder Executivo acerca da existência de projetos de drenagem previstos para aquela localidade. Em seguida, abordou a questão de projetos vinculados a emendas parlamentares da Deputada Federal Ana Pimental, destacando sua atuação na Comissão da Pessoa com Deficiência e a necessidade de maior interlocução com o Executivo Municipal. Solicitou o agendamento de reunião com representantes da Prefeitura para tratar do tema, ressaltando sua trajetória de mais de quarenta anos dedicados ao trabalho com crianças com deficiência. Por fim, convidou Vereadores e Assessores para cerimônia a ser realizada na terça-feira, às 19h30, ocasião em que receberia moção de aplauso em reconhecimento ao seu trabalho. Com a palavra, a Senhora Aurecilce Miranda, representante do Centro de Inclusão da Pessoa com Deficiência, manifestou preocupação com a questão da acessibilidade nas obras apresentadas, tanto em prédios públicos quanto em vias públicas, e solicitou esclarecimentos da Secretária de Obras e do Secretário de Governo acerca de como os projetos em andamento e os futuros estão contemplando as normas de acessibilidade. Ressaltou que grande parte das estruturas existentes não possui acessibilidade adequada, comprometendo o direito ao acesso digno das pessoas com deficiência, e falou que, mesmo em projetos novos, por vezes, as soluções são executadas de forma inadequada. Pontuou, ainda, que a inclusão das exigências de acessibilidade desde a fase de anteprojeto e projeto é fundamental, uma vez que intervenções posteriores tendem a ser mais complexas e onerosas. Por fim, reforçou a importância de que a acessibilidade seja tratada de forma técnica e conforme as normas vigentes em todas as novas obras, solicitando atenção do Poder Público para o tema. Com a palavra, o Senhor Luiz Carlos Barbosa (Pardal), representante do Conselho Municipal de Saúde e liderança comunitária do Parque das Águas, reiterou seu apoio às iniciativas do Executivo aprovadas por esta Casa, ressaltando a importância do PAC Convive, programa habitacional voltado para a comunidade do Parque das Águas, com 565 unidades, que após 13 anos recebeu autorização do Ministério da Justiça para implantação, beneficiando uma região carente e com histórico de vulnerabilidade social. O orador destacou sua atuação em diversos



## **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025**

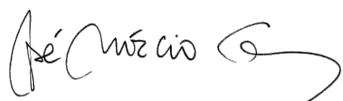
### **ATA APROVADA**

conselhos e comissões, além de sua experiência em projetos de inclusão e lazer no Parque das Águas, demonstrando sua trajetória de liderança comunitária. Mencionou episódios de atendimento emergencial à comunidade, como durante as fortes chuvas de 2021 no Jardim Cachoeira, e agradeceu às Secretarias envolvidas pelo suporte prestado. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado destacou a importância da participação comunitária no desenvolvimento de projetos sociais no Parque das Águas. Lembrou sua atuação, enquanto Secretária, em parceria com diversas Secretarias e com a Secretária de Governo Cidinha Louzada, no desenvolvimento de um projeto a partir da Escola Jovita, com envolvimento direto da comunidade. A parlamentar ressaltou que, a partir dessa iniciativa, identificou-se a necessidade de projetos de infraestrutura social mais robustos para atender não apenas o Parque das Águas mas toda a comunidade adjacente, beneficiando mais de 1.000 famílias. Falou que o projeto PAC Convive, embora financiado via PAC, conta com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, voltados à prevenção da violência e à promoção de cidadania e direitos sociais. Enfatizou que a área de 10.000 m<sup>2</sup> já teve sua desafetação aprovada por esta Casa e que a implantação do projeto transformará a vida da comunidade local. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola agradeceu a contribuição de Otaviano, que trouxe informações relevantes sobre a geografia do Bairro Santa Luzia. O Vereador destacou o ponto crítico no trajeto da Ibitiguaia em direção à Santa Luzia, próximo ao local onde ficava o Itamar, identificando uma galeria que apresenta um ângulo agudo, considerado um dos principais gargalos que contribuem para enchentes na região. Ressaltou que a informação é de grande importância para que a Secretaria de Obras possa planejar adequadamente as intervenções, especialmente considerando o histórico de ocupação do bairro e os registros das chuvas passadas. Finalizou agradecendo a participação do Senhor Otaviano e destacando o valor da colaboração da comunidade para a gestão urbana. Com a palavra, a Secretária de Obras Bruna Ferreira esclareceu que todos os projetos executados pela Prefeitura, especialmente aqueles aprovados pela Caixa Econômica Federal, atendem integralmente às normas de acessibilidade. Especificamente em relação às obras do PAC, disse que a Caixa realiza conferência detalhada em cada projeto e que somente libera os pagamentos após constatar o cumprimento dessas normas. Acrescentou que todos os novos projetos seguem as exigências de acessibilidade, garantindo conformidade desde a elaboração até a execução das obras. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar solicitou esclarecimentos sobre a Rua Henrique Simões, localizada no Bairro Industrial, questionando sobre uma servidão que, segundo relatos, teria sido retirada. Indagou sobre a projeção futura da área, considerando que os pontos de alargamento da via estariam localizados nessa rua, e sobre o impacto na rede de microdrenagem local. A Secretária esclareceu que toda a rede de microdrenagem do Bairro Industrial será remodelada. Comentou que a rede, atualmente conectada ao córrego, passará a ser independente, ligada a um reservatório, permitindo que a gravidade conduza a água até o reservatório e que o córrego fique isolado para o deságue no Paraibuna, assim, o problema de alagamento será resolvido, independente da existência da servidão, cuja definição será detalhada no projeto executivo. Com a palavra, o Secretário de Governo Ronaldo detalhou o andamento das obras autorizadas pelo BNDES, ressaltando que o primeiro passo consiste na realização de consulta pública, ouvindo a comunidade, os Vereadores e os demais interessados, para definir a estrutura do convênio, dos projetos e os próximos passos do planejamento da obra. Esclareceu que o início de uma obra não se dá pela execução imediata, mas pelo planejamento e pela criação das condições estruturantes necessárias, garantindo recursos e lançando licitação. O Secretário reafirmou que já foi obtido financiamento aprovado pelo BNDES no valor de R\$ 660 milhões, contemplando seis intervenções na cidade. Entre elas, destacou a requalificação do Centro Histórico, coordenada pela Sedupp, com aprovação do banco e projeto em fase de adaptação e homologação, e o Programa de Modernização da Administração Pública, incluindo a aquisição de tablets para escolas, conectividade para UBS e sistemas de inteligência para agilizar atendimento ao cidadão, com a licitação dos tablets já em andamento e previsão de entrega em janeiro de 2026, garantindo que os alunos iniciem o ano letivo com o equipamento disponível. Além disso, mencionou

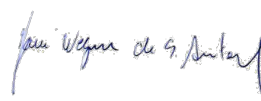


## 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 04/12/2025 ATA APROVADA

projetos em fase final de avaliação pelo banco, como a construção da quinta adutora para abastecimento de água na BR-040 e regiões adjacentes, a estação de tratamento de água de Chapéu D'Uvas, a usina de resíduos sólidos para reduzir o descarte inadequado de lixo e gerar valor econômico, a recuperação e dragagem das margens do Rio Paraibuna e a construção de ciclovia. O Secretário explicou que a expectativa é concluir as contratações dessas obras no primeiro semestre de 2026, reforçando o compromisso da gestão com planejamento, participação da comunidade e execução eficiente das intervenções. Para encerramento, a Vereadora Letícia Delgado agradeceu a presença de todos, destacando a importância da fala franca e esclarecedora dos Secretários presentes. Ressaltou que, diante da quantidade de projetos em execução e previstos via PAC, é possível perceber que o programa representará uma grande transformação para a cidade. Enfatizou que, enquanto Vereadores e sociedade, é dever deles acompanhar e fiscalizar as obras, mas também ter a certeza de que essas intervenções terão impacto positivo, sobretudo para a população mais carente, sendo obras estruturantes e de relevante impacto social. Frisou ainda que alguns projetos aguardam aprovação para viabilizar financiamentos específicos, ressaltando a importância do apoio dos Vereadores para a execução plena dessas ações. Finalizou reafirmando que o PAC representa um passo significativo para o fortalecimento da cidade, ampliando sua infraestrutura e beneficiando diretamente a vida dos cidadãos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 18h02min. Estiveram presentes: Ronaldo Pinto Júnior, Secretário de Governo; Cidinha Louzada, Secretária de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular; Bruna Ferreira, Secretária de Obras; Lincoln Santos Lima, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento Municipal (Cesama). Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado) e Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 6 de janeiro de 2026.



**José Márcio Lopes Guedes**  
Presidente da Câmara Municipal



**João Wagner de Siqueira Antoniol**  
1º Secretário

